

Fernando Costa  
de **Azevedo**

# RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO

**Elementos para  
uma Teoria  
Geral**

1245678

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

A993r Azevedo, Fernando Costa de  
Relação jurídica de consumo: elementos para uma teoria geral / Fernando  
Costa de Azevedo. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2023.  
216 p. : 16cm x 23cm.  
Inclui bibliografia e índice.  
ISBN: 978-65-5515-803-8  
1. Direito. 2. Consumo. 3. Relação jurídica. I. Título.

2023-1501 CDD 340 CDU 34

---

**Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito 340
2. Direito 34

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO AUTOR.....	1
PREFÁCIO .....	5

## PARTE I

### RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO: PRESSUPOSTOS FÁTICO-NORMATIVOS, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL

1. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO: PRESSUPOSTOS FÁTICO-NORMATIVOS .....	11
1.1 Pressuposto fático: a sociedade de consumo contemporânea .....	12
1.1.1 Sociedade moderna e sociedade contemporânea de consumo.....	13
1.1.2 As características gerais da sociedade de consumo contemporânea....	16
1.2 Pressuposto normativo: o Direito do Consumidor .....	24
1.2.1 O Direito do Consumidor no Brasil: origem a autonomia .....	25
1.2.2 Princípios fundamentais do Direito do Consumidor .....	29
2. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL .....	43
2.1 Elementos subjetivos: os sujeitos.....	44
2.1.1 O consumidor.....	45
2.1.2 O fornecedor.....	48
2.2 Elementos objetivos: os objetos (imediatos e mediatos) .....	52
2.2.1 Objetos imediatos: produto, serviço e remuneração do consumidor ..	52
2.2.2 Objetos mediatos: atos de consumo, atividades típicas de fornecimento e atividades profissionais (econômicas) equiparadas .....	55
2.3 Característica fundamental: o sinalagma .....	55
2.3.1 Relação jurídica e mercado de consumo.....	55
2.3.2 Sinalagma na relação jurídica de consumo: bilateralidade e desequilíbrio estrutural.....	56

**PARTE II**  
**RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO:**  
**DO DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL AO DESEQUILÍBRIO EXCESSIVO**

3. O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE DOS CONSUMIDORES.....	63
3.1 O conceito de vulnerabilidade e o reconhecimento jurídico da vulnerabilidade dos consumidores no mercado de consumo.....	64
3.1.1 A vulnerabilidade humana e seu reconhecimento jurídico .....	64
3.1.2 A vulnerabilidade dos consumidores e seu reconhecimento pelo Direito do Consumidor no Brasil .....	65
3.2 Fatores de desequilíbrio estrutural da relação jurídica de consumo: as vulnerabilidades dos consumidores no mercado de consumo .....	65
3.2.1 As vulnerabilidades gerais dos consumidores.....	65
3.2.2 Os desdobramentos das vulnerabilidades gerais dos consumidores no Brasil.....	66
4. O DESEQUILÍBRIO EXCESSIVO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO E A TUTELA JURÍDICA DOS CONSUMIDORES PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	71
4.1 O “equilíbrio mínimo” da relação jurídica de consumo .....	72
4.1.1 O princípio do equilíbrio (ou da equivalência material) no CDC.....	72
4.1.2 Perspectivas de equilíbrio da relação jurídica de consumo.....	72
4.2 Situações de desequilíbrio excessivo da relação de consumo e a necessária tutela jurídica dos consumidores pelo CDC.....	75
4.2.1 Incidentes e acidentes de consumo: a responsabilidade dos fornecedores pelo vício e pelo fato do produto e do serviço .....	75
4.2.2 Perda da equivalência econômica (bilateralidade) pela onerosidade excessiva superveniente: o direito à revisão e à resolução dos contratos de consumo.....	83
4.2.3 O exercício irregular da posição jurídica dos fornecedores: as práticas abusivas e seu regime jurídico de controle e proteção dos consumidores.....	90
4.3 Relações de consumo em desequilíbrio excessivo sistêmico: o superendividamento pessoal e familiar dos consumidores .....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	105
NOTAS.....	125